



**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO LEGAL Nº 236122-8/01 – Paulista – 1ª  
Vara Cível.**

Embargante: Caixa Seguradora S/A.

Embargados: João Marques dos Santos Neto e Outros.

Relator: Des. Adalberto de Oliveira Melo.

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**EMENTA:** CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO HABITACIONAL. MÚTUO. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. SINISTRO. DEVER DE INDENIZAR. INCIDÊNCIA DO CDC. MULTA DECENDIAL. PRESCRIÇÃO INEXISTENTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

1. Não tem os aclaratórios o condão de substituir o acórdão embargado, nem tampouco corrigir os fundamentos de uma decisão, não se constituindo meio processual idôneo para que a parte demonstre sua discordância com o julgado recorrido.

2. Inocorrentes as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo, cujo intento é a reforma da decisão embargada.

3. Inexiste contradição, omissão ou obscuridade no aresto embargado, uma vez que a matéria foi devidamente tratada por ocasião do julgamento.

4. Embargos rejeitados.

**DECISÃO:** "À unanimidade de votos, os Embargos foram conhecidos e rejeitados, nos termos do voto do Relator".

**DATA DO JULGAMENTO:** 18 de junho de 2014.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, **ACORDAM** os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em rejeitar os aclaratórios, tudo nos termos do voto do Relator que possa ser parte integrante deste aresto.

Recife, 02 de julho de 2014.

*Des. Adalberto de Oliveira Melo*  
Des. Adalberto de Oliveira Melo - RELATOR



241  
1

**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO LEGAL DA APELAÇÃO  
CÍVEL Nº 236122-8 – Paulista – 1ª Vara Cível.**

Embargante: Caixa Seguradora S/A.

Embargados: João Marques dos Santos Neto e Outros.

Relator: Des. Adalberto de Oliveira Melo.

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela Caixa Seguradora S/A (fls. 145/225), em face do Acórdão (fls. 138/140) que, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso de agravo (fls. 02/87), interposto contra a decisão terminativa (fls. 874/882) que manteve, na íntegra, a sentença (fls. 620/651) que julgou procedente os pedidos formulados na inicial, condenando a Caixa Seguradora:

- 1) ao pagamento a título de ressarcimento do sinistro, do valor equivalente ao preço de mercado dos seus respectivos imóveis – mais juros de 12% a.a., estes calculados desde a data da citação (CC-405), e atualização monetária calculada a partir do ajuizamento da ação (Lei 6.899/81, art. 1º, § 2º); e,
- 2) ao pagamento da multa decendial, pactuada para o atraso do pagamento da indenização (subitem 17.3 da apólice), na forma acima determinada.

Em suas razões, o Embargante argui omissão e contradição quanto:

- I) ao ter afastado a competência absoluta da Justiça federal para julgar a causa;
  - II) a ilegitimidade dos autores;
  - III) a ausência de previsão contratual para o pagamento do sinistro decorrente de vício construtivo;
- /

242  
IV) a inobservância dos termos do art. 784 do CC, que afasta o dever de indenizar por vício intrínseco a coisa;

V) a ausência de mora da seguradora; e,

VI) ao enriquecimento ilícito pelo recebimento de multa decendial, limitada tão somente ao teto da obrigação principal.

Visa ainda, prequestionar dispositivos legais suscitados, e pugna, ao final, pelo acolhimento do presente recurso e consequente modificação do Julgado.

É o Relatório.

### VOTO

Estando presentes os pressupostos processuais necessários à sua admissibilidade, conheço dos embargos.

Neste ponto, analisaremos se a decisão embargada possui alguma omissão ou contradição indicada pela parte Embargante, no que diz respeito aos vícios de construção nos imóveis do tipo caixão, e consequente, indenizações aos seus segurados.

O art. 535 do CPC é bastante claro ao dispor que cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão. Esse recurso específico não tem, portanto, a finalidade de substituir o acórdão embargado, tampouco corrigir os fundamentos da decisão.

Além do mais, a interpretação de determinado dispositivo pelo julgador, contrariamente à tese defendida pela parte, não dá ensejo aos embargos declaratórios, cujo fim é o de sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão.

A Ementa do Acórdão guerreado, constante às fls. 138/140, dispôs o seguinte:

"EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO HABITACIONAL. MÚTUO. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. SINISTRO. DEVER DE INDENIZAR. INCIDÊNCIA DO CDC. MULTA DECENDIAL. PRESCRIÇÃO INEXISTENTE. PRELIMINARES REJEITADAS.

1. "Nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), inexistente interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo

necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento". (REsp 1.091.393/SC).

2. A seguradora é responsável por vícios decorrentes da construção. Inexistindo previsão expressa à exclusão de cobertura relativa aos danos causados no imóvel por vícios de construção, deverá ser observada a obrigatoriedade da prestação securitária vigente.

3. Tratando-se de contrato de adesão com incidência do CDC, as cláusulas devem ser interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.

4. "É válida a multa decendial pactuada para o atraso de pagamento da indenização, limitada ao montante da obrigação principal". (REsp 651227/SP).

5. "Nas ações de seguro habitacional em que se pleiteia recuperação de sinistro de danos físicos no imóvel, o beneficiário do seguro pode ser o mutuário, o cessionário, seus sucessores ou dependentes, na forma da lei civil". Súmula 059 TJPE:

6. O fato dos imóveis terem quitação dos seus financiamentos, não afasta a necessária cobertura securitária, uma vez que a apólice celebrada acessoriamente e em adesão ao contrato de financiamento, não se destina apenas a cobrir as prestações vencidas e vincendas, mas a proteção do bem a qualquer risco, dentre os quais a ameaça de desmoronamento.

7. "Após a vigência da Lei nº 10.150/2000, sub-roga-se o adquirente de imóvel através do denominado contrato de gaveta nos direitos e obrigações do contrato de financiamento e de seguro habitacional correspondentes".

"Nas ações de seguro habitacional em que se pleiteia recuperação de sinistro de danos físicos no imóvel, o beneficiário do seguro pode ser o mutuário, o cessionário, seus sucessores ou dependentes, na forma da lei civil".

Súmulas 056 e 059 do TJPE - Órgão Julgador - Seção Cível (05/12/2008).

8. Independentemente do prazo prescricional a ser considerado, não se poderia cogitar da prescrição, porque, pela natureza dos danos, eles só vieram a se exteriorizar ao longo dos anos, não sendo possível precisar com segurança o termo inicial da prescrição. (AgRg no Ag 1287521/SC. Rel. Ministro SIDNEI BENETI. STJ - TERCEIRA TURMA. DJe 04/05/2011).

DECISÃO: "Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator."

De uma verificação dos fundamentos do recurso e reanálise da decisão embargada, observo que toda a matéria foi exaustivamente tratada por ocasião do respectivo Julgamento, de forma explícita e bem delineada, sendo flagrante a intenção do Embargante em

rediscutir a matéria, hipótese esta, que não sugere a oposição do presente recurso.

Sobre o assunto, a Jurisprudência já se manifestou, *in verbis*:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. É de negar-se provimento aos embargos de declaração que, a pretexto de sanar omissão, pretendem na verdade a rediscussão da matéria. (PR 0021269-97.2010.404.0000, Relator: RÔMULO PIZZOLATTI, Data de Julgamento: 18/01/2011, QUINTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 03/02/2011).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. Inexistindo omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada, incabíveis revelam-se os embargos declaratórios opostos para fins de rediscussão da matéria. (775249 SC 2010.077524-9, Relator: Sônia Maria Schmitz, Data de Julgamento: 10/01/2012, Quinta Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Embargos de Declaração em Apelação Cível n. 2010.077524-9/0001.00, de Videira).

Além disso, o STJ entende da mesma maneira, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 535 CPC. A hipótese de cabimento dos Embargos de Declaração por contradição se restringe àquela interna da própria decisão, e não aos entendimentos divergentes em relação a outro decisum. 2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados. 535 CPC. (1351015 DF 2010/0174050-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 17/03/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/04/2011).

De mais a mais, acrescente-se que consoante pacífica Jurisprudência, o Julgador não está obrigado a responder a todas as questões e teses jurídicas levantadas pela parte, como as 4 (quatro) situações levantadas, se, da análise que fez dos autos, encontrou razões suficientes para formar a sua convicção.

Nesse sentido, colhe da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL [...] EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - REJEIÇÃO - ALEGADA AFRONTA AO ART. 535 E 280, 281 E 282 DO CTB - INOCORRÊNCIA [...] RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE, MAS IMPROVIDO. 1. O Tribunal de origem solveu a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, apenas não adotando a tese dos recorrentes, razão pela qual fica afastada a afronta ao art. 535 do CPC. [...]". (STJ - REsp 993.554/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJU 30.5.2008).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. MOTIVAÇÃO DO ACÓRDÃO. 1. É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que por si só, achou suficiente para a composição do litígio. 2. Agravo regimental improvido. (Agravo Regimental nº 169.073/SP, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, j. unânime em 04.06.98, DJ 17.08.98).

Assim sendo, inexistente vício algum no Julgado embargado, o qual declinou, de maneira expressa, as razões pelas quais negava provimento ao recurso, de modo que a omissão, obscuridade ou contradição devem existir no próprio texto embargado, e não no cotejo deste com o entendimento da parte irredutível.

Por derradeiro, considero consumado o prequestionamento dos suscitados dispositivos legais, pretendido pelo Embargante.

Face ao exposto, conheço dos Aclaratórios, para efeito de prequestionamento, porém, voto para que sejam rejeitados, por falta de amparo legal.

É como Voto.

Recife, 18 de junho de 2014.

*Des. Adalberto de Oliveira Melo*

Des. Adalberto de Oliveira Melo

RELATOR